



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CTIA
(ao PL 2338/2023)

Modifique-se o Art. 11 do substitutivo apresentado ao PL nº 2.338/2023, com a seguinte redação:

“Art. 11. A defesa dos interesses e dos direitos previstos nesta Lei poderá ser exercida **pela autoridade competente** perante o órgão administrativo competente **na forma prevista nesta Lei.**”

JUSTIFICAÇÃO

Sugerimos a modificação do Art. 11, do Projeto, em razão da complexidade em torno da IA, um direito de ação privado inundará os tribunais com litígios relacionados a pequenas discussões de conformidade. O órgão regulador deverá determinar quais discussões devem ser enfrentados ao invés de sobrecarregar os tribunais com disputas predatórias, inconsequentes ou aventureiras.

A alteração proposta está alinhada com os padrões globais e fornece clareza e consistência aos indivíduos interessados. Diante do exposto, solicito o apoio de meus nobres pares nesta Casa a aprovação desta Emenda.

A ideia é não ter um instrumento jurídico representado pela lei em debate que gere incentivo a busca de alternativa judicial. É certo que o acesso ao judiciário é constitucionalmente tutelado, mas não desejável. O encontro de solução harmônica em caso de interesses em conflito pode encontrar na



autoridade competente a competência resolutória da matéria debatida na presente lei.

Sala da comissão, 17 de junho de 2024.

Senador Efraim Filho
(UNIÃO - PB)

